

O NACIONAL COSMOPOLITISMO DE MACHADO DE ASSIS

JOÃO ALBUQUERQUE

University of California
Santa Barbara, Califórnia, Estados Unidos

Resumo: Levando a cabo uma releitura do artigo de Machado de Assis "Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade" engajada nas noções de *literatura nacional* e *mundo literário*, discutiremos os respectivos regimes de funcionamento e determinações mútuas desses conceitos na óptica e no contexto histórico do autor. Veremos que na sua percepção do mundo literário do seu tempo estão incluídas as dificuldades ligadas à posição (periférica) da literatura brasileira e às questões específicas que tem para resolver nesse espaço, nomeadamente a necessidade de afirmação nele de um laço constitutivo entre a sua língua (em rigor, certos linguajares específicos da língua) e um capital literário de determinada região geográfica que ainda é pobre e carece de corporização.

Palavras-chave: Machado de Assis, literatura brasileira, literatura nacional, mundo literário, Abel Barros Baptista.

MACHADO DE ASSIS'S NATIONAL COSMOPOLITANISM

Abstract: After carrying out a rereading of Machado de Assis's article "News from Current Brazilian Literature. Instinct of Nationality", which engaged in the notions of a national literature and literary world, we will discuss the respective regimes of functioning and mutual determinations of these concepts according to the point of view and historical context of the author. We will notice that the difficulties related to the (peripheral) position of Brazilian literature and the specific questions the author has to solve in that space are included in his perception of the literary world of his time, namely his necessity of claiming a constitutive bond between his language (more precisely, certain specific manners of speaking about the language) and a literary capital of a given geographical region which is still impoverished and requires embodiment.

Keywords: Machado de Assis, Brazilian literature, national literature, literary world, Abel Barros Baptista.

Propõe o presente estudo apresentar uma releitura do artigo de Machado de Assis "Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade" engajada nas noções de *literatura nacional* e *mundo literário*, ou seja, naquela área de estudos que Goethe fundou através do conceito de *Weltliteratur*, hoje designada em língua portuguesa por Literatura Mundial.¹ Releitura porque de fato este artigo tem sido assaz lido por muitos e distintos exegetas machadianos, embora numa perspectiva quase sempre confluyente. Esta tem sido a de ver nele uma continuidade do programa romântico de nacionalização da literatura, perspectiva da qual, inspirados no estudo "O episódio brasileiro",² de Abel Barros Baptista, nos demarcaremos, defendendo, na esteira do trabalho desse crítico, a afirmação de um Machado de Assis de índole muito mais cosmopolita.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o texto e os conceitos apontados, gostaria de interrogar muito sumariamente a oportunidade do questionamento dos mesmos. Discorrendo acerca de uma problemática que se irmana às acima enunciadas, "o que faz com que a literatura feita no Brasil seja brasileira?", Élide Valarini Oliver desenvolve-a (num momento de análise do pensamento de Mário de Andrade) em termos que nos interessam deixar registados:

O brasileiro que se expressa de forma "lusitana", portanto, se expressa de forma falsificada, alienada, porque usa instrumentos que lhe distorcem tanto a composição de sua psicologia quanto de sua cultura. Mas foi esse, e é o dilema da colônia. E é também o dilema, em menor ou maior medida, que rege o contato cultural desigual que se dá hoje com o domínio de uma indústria cultural globalizada que preenche, por inércia e descaso, as "necessidades" das massas incultas, o assim chamado imperialismo cultural.³

Esta citação mostra a pertinência tanto do estudo dos problemas associados à literatura brasileira em particular, como dos problemas das literaturas nacionais no contexto do nosso presente. Trata-se de escapar a uma homogeneização cultural alienante, de defender a *diferença* e a *diversidade* como valores fundamentais em literatura.

¹ Apesar de escrever segundo o antigo Acordo Ortográfico, o autor acede em publicar o presente artigo, a pedido da MAEL, de acordo com a ortografia em vigor desde 2009, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

² BAPTISTA, *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*, p. 19-111.

³ OLIVER, *Variações sob a mesma luz*, p. 77.

Posto isso, principiamos a pensar através de algumas inferências constantes no já referido estudo de Abel Barros Baptista consagrado ao texto de Machado de Assis. O primeiro aspecto que nos interessa focar no trabalho do crítico português é a desconstrução das leituras nacionalistas do ensaio machadiano, tarefa nada fácil tendo em conta a especificidade do caso brasileiro. O Brasil obteve a sua independência (1822) ao mesmo tempo que as questões nacionais emergiram com enorme potência na literatura romântica, de que resultou de fato uma literatura ideológica de intenção nacionalista.⁴ A dupla circunstância de Machado de Assis não polemizar explicitamente com essa literatura e de, até, em certa medida, elogiá-la, dá azo a que ele seja lido como uma continuidade em relação ao movimento romântico por parte de muitos dos seus exegetas. Tudo isso Abel Barros Baptista põe em cena e desconstrói, num confronto de extrema minúcia com o texto machadiano, verificando o que neste permanece de problemático em relação a, e, por consequência, desagregador de, uma literatura nacionalista, entenda-se, uma literatura que não passa senão de um instrumento de uma ideologia nacionalista:

[...] o "instinto de nacionalidade" só pode ser uma força da própria literatura. Ainda que ligada a fatores extraliterários, como a independência política, o seu fundamento e a sua origem não são exteriores à literatura: o "instinto de nacionalidade" não é nada que o Brasil imponha por si mesmo, seja exigência patriótica, seja espírito de nacionalidade. Por isso Machado não pode falar em missão patriótica, como falava, um ano antes, Alencar, porque, para este, toda a concepção de nacionalidade literária dependia em absoluto dessa conjunção harmoniosa entre a literatura e a realidade brasileira. [...] A originalidade da metáfora de Machado entende-se se se aceitar que assenta na negação da trave mestra da retórica nacionalista, na ruptura do vínculo decisivo imposto pela lei nacional, isto é, essa ideia de que a diferença, a originalidade e a novidade do Brasil garantiam e exigiam por si sós a diferença, a originalidade e a novidade da literatura brasileira. Não que Machado negue a nacionalidade ou a independência literária – já vimos,

⁴ É bom que se faça desde já a clarificação do termo "nacionalista", sobretudo para que não se confunda com o termo "nacional". Em consonância com José Matoso, comportará sempre o primeiro neste estudo uma carga ideológica: "A ideologia nacionalista não é mais do que uma forma tendente a fortalecer a consciência nacional e a criar obstáculos aos fenômenos de desagregação a que todos os países estão sujeitos. Pode constituir uma estratégia voluntariamente adotada por certas formações políticas, mas é em si mesma independente do fenômeno nacional: os estados nacionalistas não são forçosamente mais coerentes do que aqueles em que não vigora a mesma ideologia". MATOSO, *A formação da nacionalidade*, p. 7.

de resto, que se coloca inequivocamente na posição contrária –, mas porque prescinde da referência ao Brasil para “examinar” a situação da literatura brasileira, negando-lhe a condição de fundamento e de garante do projeto de construção de uma literatura nacional.⁵

Apesar da confiança que Machado de Assis reiteradamente coloca numa afirmação nacional da literatura brasileira, a verdade é que fica posto em causa, de forma irremissível, o programa disponível (o romântico, de cariz nacionalista) para empreendimento de tal tarefa. A consequência fundamental desse duplo fator é que a almejada afirmação nacional da literatura brasileira se abre também a uma literatura de feição muito mais cosmopolita que a então existente, aspecto que importa sobremaneira sublinhar.

Outra inferência a destacar na precedente citação, que advém precisamente do abandono do programa romântico da nacionalização da literatura, reside na observância do campo de ação que fica traçado para o texto de Machado de Assis: o campo literário.

Em absoluta concordância com essas inferências, pretendemos no entanto propor uma análise que apresenta alguns desvios da do crítico português. Elegendo a parte geral do texto machadiano, o estudo de Abel Barros Baptista incide nas conflitualidades que existem entre os elementos pragmáticos e não pragmáticos do texto, enquanto a nossa, assumindo à partida a existência de tais conflitualidades, amplia e re-perspectiva as mesmas numa direção de questionamento do interesse pragmático / funcional do texto, levando em conta a sua totalidade e não apenas a sua parte geral. Ou seja, aquele autor apresenta uma visão de um pensamento machadiano aberto a uma perspectiva cosmopolita, tentando, através de uma profunda problematização da relação de um número limitado de metáforas com certas asserções de Machado acerca da realidade brasileira, “compreender como o seu nome [o de Machado] se nos destina no território de uma literatura nacional apelando, ao mesmo tempo, para uma leitura que o faça transpô-lo”;⁶ este nosso trabalho visa a um desenvolvimento da hipótese cosmopolita no ensaio machadiano, questionando-o, porém, em toda a sua amplitude, com o intuito de captar uma dimensão, digamos, mais pragmática que a de Abel Barros Baptista a respeito de tal hipótese.

Élide Valarini Oliver, no capítulo que consagra a essas problemáticas no seu mais recente livro sobre a obra de Machado de Assis, acima já mencionado,

⁵ BAPTISTA, *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*, p. 62.

⁶ *Idem*, p. 41.

afirma: “[...] a literatura participa, primordialmente, do mundo criado pela própria literatura”.⁷ O aspecto para nós de maior relevância nessa sentença é a existência de um mundo propriamente literário, merecendo ser sublinhada a palavra “mundo”. O segundo ponto que ali ressaltamos é o advérbio “primordialmente”, que, de modo análogo à assunção da ligação da literatura também com fatores extraliterários por parte de Abel Barros Baptista, acaba por ser um reconhecimento da autonomia não absoluta daquele mundo literário. Em suma, existe um mundo literário que é relativamente independente do mundo político, como observa o próprio Machado de Assis ao criticar os poetas arcádicos:

Dado que as condições deste escrito o permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escola produziu nas literaturas portuguesa e brasileira. Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação.⁸

Deduz-se dessa citação que a independência literária tem como condição necessária a independência política, mas percebe-se também nela, bem como na citação que se seguirá, que essa independência só por si não é qualquer garante daquela: “Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”.⁹

Ao falar de independência literária nacional, Machado de Assis está a implicar um mundo literário, isto é, um contexto em que aquela literatura precisa afirmar-se. Se a independência política se deu em relação ao país colonizador (Portugal), conseguir para a literatura brasileira independência em relação à literatura portuguesa não constitui um objetivo ou sequer um problema para Machado de Assis. Com distância histórica, pode agora dizer-se sem grande perigo de contestação que um dos centros literários ocidentais do século XIX era a França. Sem que afirme essa centralidade, Machado de

⁷ OLIVER, *Variações sob a mesma luz*, p. 76.

⁸ MACHADO de Assis: crítica literária e textos diversos, p. 430.

⁹ Idem, p. 429.

Assis reconhece-a implicitamente, sendo sobretudo em relação à escola francesa que ele busca uma independência da literatura brasileira:

[...] Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que é já notável mérito. As obras de que falo, foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa. Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparações com os nossos – porque há aqui muito amor a essas comparações – são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vitor Hugos, os Gautiers, os Mussets, os Gozlan, os Nervals.¹⁰

Repare-se que Machado não escapa a uma comparação que preferiria evitar, dando isto conta de como a enorme implementação da cultura e literatura francesas nos agentes literários brasileiros, ao mesmo tempo que uma riqueza, é também um perigo, a saber, o perigo de inviabilizar a literatura brasileira enquanto literatura independente. Se, em geral, no que respeita às tendências morais dos romances (a estas se reporta a citação anterior) esse perigo não existe, o mesmo não pode ser dito em relação ao uso da linguagem:

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalados em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.¹¹

Fica patente em todas essas citações o reconhecimento do autor da existência de um mundo literário concreto, que tem uma geografia, uma construção, uma temporalidade, uma moral, hierarquias, leis e políticas próprias.

A geografia desse mundo é traçada a partir da oposição entre a capital literária (França) e o lugar que dela depende (literariamente, como é evidente), definindo-se este pela sua diferença estética para aquela. A

¹⁰ Idem, p. 435.

¹¹ Idem, p. 440.

alteração do mapa literário, com o nascimento da literatura brasileira, exige uma construção que tem, como visto acima (“não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo”), uma temporalidade própria. Observe-se como esses aspectos espaço-temporais e políticos apontados por Machado em relação com o caso brasileiro encontram mais tarde correspondência na postulação genérica de Valery Larbaud:

Il y a une grande différence entre la carte politique et la carte intellectuelle du monde. La première change d’aspect tous les cinquante ans; elle est couverte de divisions arbitraires et incertaines, et ses centres prépondérants sont très mobiles. Au contraire, la carte intellectuelle se modifie lentement et ses frontières présentent une grande stabilité [...]. De là une politique intellectuelle qui n’a presque aucun rapport avec la politique économique.¹²

Legitimando os grandes poetas e os críticos como autoridades em matérias de criação e reconhecimento literário, Machado como que cria instâncias de consagração literária que, não obstante aquilo que no pensamento dele é traduzível por uma permanente possibilidade de exoneração dos seus agentes e de revogação das suas leis, se encarregam de legislar literariamente: “Certo, não lhe [à poesia brasileira] falta, como disse, imaginação; mas esta tem suas regras, o estro leis, e se há casos em que eles rompem as leis e as regras, é porque as fazem novas, é porque se chamam Shakespeare, Dante, Goethe, Camões”.¹³

Ainda que as autoridades literárias estejam sujeitas à perda da autoridade, à revogação das suas leis, não se pode dizer que não existe em absoluto no pensamento machadiano uma estrutura de poder (modificável) inerente a esse mundo literário. Reforce-se o afirmado fazendo notar como Machado de Assis assume nesse ensaio um duplo papel de legislador (estabelecendo uma lei singular aberta, é certo, e não impondo leis totalitárias ou de cariz restritivo), ao fazer-se crítico pelos diversos comentários concretos que produz acerca da literatura brasileira passada e presente, e de constitucionalista, legislando acerca das necessidades fundamentais de uma literatura nacional e das funções genéricas (relacionais) dos agentes que preenchem tais necessidades:

¹² LARBAUD, *Ce vice impuni, la lecture. Domaine anglais*, p. 33-4.

¹³ MACHADO de Assis: crítica literária e textos diversos, p. 438.

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveriam exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.¹⁴

Além do exposto, ressalta ainda da precedente citação o modo como a literatura nacional brasileira se afirma enquanto tal por comparação explícita com outras literaturas nacionais, por adoção de parâmetros de avaliação comuns. O discurso de Machado é tanto crítico como de diagnóstico. Fala tanto para uma nação literária em formação (a brasileira), apontando falhas (para que possam ser corrigidas) e direções (não absolutamente determinadas, e mesmo por vezes completamente indeterminadas – como sucede com a metáfora do “sentimento íntimo”, que não é, como bem interpreta Abel Barros Baptista, “[...] o que o escritor exprime nas suas obras, mas o que se exige dele, não é um traço substancial, mas um efeito de leitura, como tal caindo por inteiro no âmbito da responsabilidade do leitor”,¹⁵ e que por isso, qualquer que seja o texto em análise, existe sempre possibilidade de lê-lo em relação com a realidade nacional), como para um mundo literário estrangeiro¹⁶ que desconhece tal nação literária periférica e de parca tradição, mostrando o estágio evolutivo em que esta se encontra e explanando a consciência da sua posição relativa no contexto do mundo literário onde se pretende afirmar. Essa consciência contém ainda os valores de desafio e rivalidade que imperam em tal mundo e que concorrem para estabelecer aquelas posições relativas das diferentes literaturas nacionais, e daí o propósito profético de “que a literatura

¹⁴ Idem, p. 433.

¹⁵ BAPTISTA, A *formação do nome*: duas interrogações sobre Machado de Assis, p. 17.

¹⁶ Ao argumentar acerca da insuficiência da presença da “cor local” para fazer da literatura escrita no Brasil uma literatura brasileira, observe-se como Machado de Assis se dirige expressamente a leitores estrangeiros, recorrendo inclusive a exemplos extraídos das literaturas destes: “Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa, perguntarei simplesmente se o autor do *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta e Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês”. *MACHADO de Assis: crítica literária e textos diversos*, p. 432.

[brasileira] saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam”.

Uma das formas que Machado tem de pensar essas problemáticas internas e externas da literatura nacional brasileira é em termos econômicos. O fato de o mundo literário possuir uma política que quase não se relaciona com a política do mundo econômico não significa, porém, que aquele não tem também uma economia, com mecanismos próprios de regulação. É isso que Machado de Assis assinala em termos que justificam análise atenta:

Feitas as exceções devidas não se leem muito os clássicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não se leem, o que é um mal. Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas se fazem novas, – não me parece que se deva desprezar. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.¹⁷

Num trecho de um outro ensaio, intitulado “A nova geração”, Machado de Assis acrescenta:

[...] A nova geração chasqueia às vezes do romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor a reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de um grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirmou; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano.¹⁸

A primeira ilação a retirar dessas passagens é o fato de o capital inerente à economia do mundo literário ser *intelectual*. As riquezas que Machado evoca são internas à literatura, têm que ser dela desentranhadas. A segunda ilação advém da expressão “pecúlio comum”, que nos diz que esse capital intelectual é passível de acumulação, já que está sujeito a ser enriquecido, e que essa acumulação, por sua vez, é um bem civilizacional, de uma comunidade. Uma terceira inferência é que tal pecúlio comum se enriquece historicamente, ou

¹⁷ Idem, p. 440-1.

¹⁸ Idem, p. 489.

melhor, por uma relação tensa da atualidade com a história literária, dos modernos com os antigos.

Vale a pena comparar a visão econômica do mundo literário inerente ao pensamento de Machado de Assis com a de Paul Valéry:

Je dis qu'il y a une valeur nommée "esprit", comme il y a une valeur pétrole, blé ou or. J'ai dit valeur, parce qu'il y a appréciation, jugement d'importance, et qu'il y a aussi discussion sur le prix auquel on est disposé à payer cette valeur: l'esprit. On peut avoir fait un placement de cette valeur; on peut la suivre, comme disent les hommes de la Bourse: on peut observer fluctuations, dans je ne sais quelle cote qui est l'opinion du monde sur elle. On peut voir dans cette cote qui est inscrite en toutes les pages des journaux, comment elle vient en concurrence ici et là avec d'autres valeurs. Car il y a des valeurs concurrentes [...]. Toutes ces valeurs qui montent et qui baissent constituent le grand marché des affaires humaines.

[...]

Une civilisation est un capital, dont l'accroissement peut se poursuivre pendant des siècles comme celui de certains capitaux, et qui absorbe en lui ses intérêts composés.¹⁹

No pensamento de Valéry a economia do mundo espiritual é literal. Em Machado temo-la tratado igualmente como tal. Mas é possível também fazer-se uma leitura dos termos econômicos usados por Machado como metáforas. Nesse tipo de leitura consiste o trabalho de Abel Barros Baptista, e, surpreendentemente ou não, a verdade é que tal leitura em nada é incompatível com a nossa, e inclusive servirá para aproximar Machado de Assis de Paul Valéry.

Deixaremos de parte, enunciando-o apenas, o que de evidente existe em comum entre ambos os pontos de vista: está nestes posta em cena uma economia que funciona em regime concorrencial, sendo "espiritual" o capital dessa economia, visto como um bem civilizacional que é passível de acumulação.

Existem, todavia, diferenças terminológicas que merecem análise. Enquanto Machado fala de um enriquecimento que se apresenta como uma tensão entre modernos e antigos, Valéry convoca para o seu discurso a linguagem bolsista. A aproximação desses discursos se fará através do estudo de Abel Barros Baptista com que temos trabalhado, nomeadamente quando

¹⁹ VALÉRY, *Regards sur le monde actuel*, p. 1081-2.

este recusa uma leitura do "pecúlio" como "uma visão substancialista da tradição, em que a oposição dos antigos aos modernos corresponderia apenas a uma alteração periódica do equilíbrio provocada pela substituição dos velhos pelos novos, designando apenas uma espécie de depósito do que foi sobrevivendo através de diversos conflitos de gerações".²⁰ Pelo contrário, para esse autor, o enriquecimento do "pecúlio" dá-se de uma forma não linear, fruto da tensão entre continuidade e descontinuidade, da incompatibilidade que existe entre a resistência do passado aos modernos (o que implica pensar o que faz de uma obra um clássico, tema de suma importância para valorar uma literatura nacional do ponto de vista histórico) e a destituição da autoridade do passado pelos modernos:

Se, dos movimentos do passado, "alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano", o "pecúlio" configura-se a partir de uma decisão crítica – uma avaliação, um julgamento, uma escolha. Os movimentos, escreve Machado, "morrem porque são mortais", o que não legitima a "condenação formal e absoluta" de tudo o que afirmaram. É preciso decidir sobre o seu legado: separar, escolher, determinar o que persiste disponível para se retomar no presente, ainda que apenas como memória do que passou. E é nesse sentido que se processa o enriquecimento: há, no presente, uma continuidade crítica de algum passado. Mas, nestes termos, não é o passado que se impõe ao presente com uma autoridade decorrente da condição de passado: são os modernos que decidem sobre o passado, que o avaliam, que o reordenam e reconfiguram à sua medida.²¹

Ora, percebe-se assim como a metáfora bolsista de Valéry encontra correspondência no pensamento machadiano. Também ali a literatura carece de apreciação e julgamento de importância num contexto histórico não autoritário (pois a cotação de determinada obra pode no limite baixar a zero), e também aqui o valor da mesma literatura pode oscilar consoante as riquezas que delas o pensador moderno conseguir extrair.

Para terminar, gostaríamos apenas de enfatizar o realismo e o pragmatismo que presidem ao entendimento de Machado de Assis do funcionamento do mundo literário. Constatando que as formas mais cultivadas na nascente nação literária brasileira são o romance e a poesia lírica, ele entende que tal não é suficiente para formar uma literatura nacional.

²⁰ BAPTISTA, *A formação do nome*: duas interrogações sobre Machado de Assis, p. 87.

²¹ Idem, p. 88.

Como já se viu neste estudo, os trabalhos críticos são muito importantes para garantir e regular os padrões de qualidade de tais formas. Mas isso não é tudo. Está longe de ser estrita a visão de Machado de Assis do que deve ser a realidade constitutiva de uma literatura nacional:

De todas as formas várias as mais cultivadas atualmente no Brasil são o romance e a poesia lírica; a mais apreciada é o romance, como aliás acontece em toda a parte, creio eu. [...] Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de linguística, de crítica histórica, de alta política, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração; raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. Não há nisto motivo de admiração nem de censura, tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade, e esta ainda não nutrida de sólidos estudos.²²

Como se pode observar, o capital literário de uma nação estende-se muito para além das áreas do romance, da poesia lírica e da crítica literária. Ao que se junta o fato de encarnar em livros, escritores e público. É que, mesmo que em potência existissem agentes das disciplinas enunciadas por Machado de Assis, os mesmos não teriam condições para subsistir em função da ausência de mercado. E, embora não seja de excluir que a questão econômico-financeira possa estar aqui implicada, creio poder afirmar sem erro que Machado se reporta sobretudo ao mercado intelectual acima mencionado. Assim o digo não só por ser esta hipótese a que maior coerência apresenta em relação com o já exposto, mas também por aquilo que ele afirma sobre a escrita dramatúrgica:

Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau da decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?²³

²² MACHADO de Assis: crítica literária e textos diversos, p. 433-4.

²³ Idem, p. 439.

Fica comprovado que não é a questão financeira que rege o pensamento de Machado de Assis, pois existe público que pague para ir ao teatro. O que não existe é público para transacionar o verdadeiro capital intelectual, para receber severas obras de arte.

Destaca-se ainda na precedente citação a presença de dois outros tipos de agentes (e correspondentes produções literárias) necessários a uma literatura nacional que pretenda afirmar-se em mais larga escala, num determinado mundo literário: o dramaturgo e o tradutor.

Conclua-se resumindo o que foi alcançado através da análise do texto machadiano. Conseguimos perceber que Machado de Assis tinha uma percepção de um mundo literário que funcionava em paralelo ao, e com relativa independência do, chamado mundo político. Percepção na qual estão incluídas as dificuldades ligadas à posição (periférica) da literatura brasileira naquele mundo literário e às questões específicas que tem para resolver nesse espaço, nomeadamente a necessidade de afirmação nele de um laço constitutivo entre a sua língua (em rigor, certos linguajares específicos da língua) e um capital literário de determinada região geográfica que ainda é pobre e carece de corporização. É bem possível que a isso não tenham sido alheios o seu desejo de afirmação pessoal e o vislumbre dos benefícios de um suporte desta numa afirmação coletiva. Machado de Assis não é apenas um escritor brasileiro, mas universal, e esse ensaio pode perfeitamente refletir a própria consciência da sua condição. Mas disso nada se sabe, porque ele recusa torná-lo explícito. E por isso cesso aqui a especulação e este estudo.

Referências

- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LARBAUD, Valery. *Ce vice impuni, la lecture*. Domaine anglais. Paris: Gallimard, 1936.
- MACHADO de Assis: crítica literária e textos diversos. Organização de Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Calippo. São Paulo: Unesp, 2013.
- MATOSO, José. *A formação da nacionalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- OLIVER, Élide Valarini. *Variações sob a mesma luz*. São Paulo: Edusp, 2012.
- VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Paris: Gallimard, 1960.

[JOÃO ALBUQUERQUE](#) é Professor Assistente do Departamento de Espanhol e Português na Universidade da Califórnia, Santa Barbara. E-mail: jalbuquerque@umail.ucsb.edu.

Recebido: 10.01.17

Aprovado: 23.03.17